



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

eletrônico Nº 2761

de 25/01/23 PL

foyce
Visto

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023

Pregão Eletrônico para fins de Registro de Preços nº 166/2022

Processo LC nº 355 – Homologado em 24/01/2023

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

deste Nº 10.919

de 26/01/23 PL

foyce

Ata de Registro de Preços, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO** e a empresa **GEFERSON MIGUEL BOLL ME** nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na forma abaixo:

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, a empresa **GEFERSON MIGUEL BOLL ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.242.397/0001-41, com sede na Avenida Continental, nº 1204, Centro, Município de Pato Bragado – PR, CEP: 85.948-000, telefone para contato: (45) 99962-7900, e-mail: eletroestepb@hotmail.com, neste ato representada pelo Sócio Administrador Sr. Geferson Miguel Boll, portador da Célula de Identidade nº 5.722.585-8 e do CPF nº 023.829.019-00, vem pela presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, firmar com o CONTRATANTE, o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Willy Barth, n.º 2885, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 95.719.472/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, o senhor John Jeferson Weber Nodari, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 8.678.797-0/PR e do CPF nº 056.669.419-09, residente e domiciliado na Rua Curitiba, nº 45, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, denominado **MUNICÍPIO**, obrigam-se ao que segue.

Cláusula primeira – Do Objeto:

Contratação de empresa(s) para futura e eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica dos prédios e próprios públicos do município de Pato Bragado – PR, conforme quantidades, especificações e condições mínimas relacionadas abaixo:

LOTE	ITEM	QUANT.	MED.	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS	V. UNIT.	V. TOTAL
03	01	300	HO	Horas de serviços de eletricitista para realização de manutenções e reparos elétricos eventuais, preventivos ou corretivos, com caminhão equipado com cesto aéreo e com alcance mínimo de quinze metros de altura (profissional e caminhão), conforme solicitado pela administração, em estruturas elétricas pré-existentes nos prédios e patrimônios públicos.	150,00	45.000,00
04	01	270	HO	Horas de serviços de eletricitista para realização de novas instalações elétricas, com caminhão equipado com cesto aéreo e com alcance mínimo de quinze metros de altura (profissional e caminhão), conforme solicitado pela administração, nos prédios e patrimônios públicos	180,00	48.600,00

Cláusula segunda - Dos documentos aplicáveis e Fiscalização desta Ata de Registro de Preços



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão na Forma Eletrônica RP nº 166/2022, quanto a proposta adjudicada integram a presente Ata de Registro de Preços, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

A fiscalização destas Atas de Registros de Preços, ficará à cargo do(s) seguinte(s) fiscal(is) de contratos:

- Secretaria de Administração e Secretaria de Planejamento - Cláudia Cristiane Kirsten;
- Secretaria de Educação e Cultura – Vanessa C. Bendo Assmann;
- Departamento de Cultura – Claudia Soerensen Mendes.
- Secretaria de Assistência Social - Tatiane Regina Medin;
- Secretaria de Indústria e Comércio - Gilson Leske;
- Secretaria de Saúde - Cleiton Gentelini;
- Secretaria de Agricultura - Claudete Lucia Scaravonatto;
- Secretaria de Esportes – Débora A. Thomas;
- Secretaria de Obras – Daiana Cristina Lehr;

Parágrafo Único: Durante a execução contratual a contratante poderá incluir ou substituir os fiscais desta Ata de Registro de Preços, de acordo com interesse da administração pública, mediante termo de apostilamento contratual.

Cláusula terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira

- a) O valor global a ser praticado nesta Ata de Registro de Preços será de R\$ 93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais).
- b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega das mercadorias/prestação dos serviços, condicionados ao termo de aceitação assinado pela Secretaria Municipal solicitante.
- c) Caso ocorra atraso no pagamento, por culpa exclusiva do Município, os valores devidos ao fornecedor serão atualizados pelo índice INPC ou outro que o vier a substituir, a contar do início do prazo previsto no item “b” desta cláusula.
- c) Na Nota Fiscal deverá constar à discriminação dos itens, número da licitação, número da Ata de Registro de Preços e outros dados que julgar convenientes, não apresentando rasura e/ou entrelinhas.
- d) A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.
- e) A liberação do pagamento poderá estar condicionada a apresentação de Negativas de Regularidade Fiscal, demonstrando situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) O pagamento será efetuado via transferência Bancária, devendo para tanto a Empresa vencedora informar no ato da Entrega da Nota Fiscal a Agência Bancária e a Conta Corrente que deverá estar obrigatoriamente em nome da mesma.

Cláusula quarta - Da Vigência da Ata de Registro de Preços e do Crédito Orçamentário

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, iniciando-se na data de assinatura da mesma.

Antes do vencimento da Ata de Registro de Preços, restando saldo e sendo vantajoso para a Administração, o mesmo poderá ser contratado, se assim também for de interesse do fornecedor.

As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão a conta dos recursos financeiros disponíveis nas seguintes Dotações Orçamentárias:



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

Órgão	Unidade	Função	Sub Função	Programa	P/A/O	Despesa	Categoria	Fonte
7	2004	4	122	1050	05	461	339039160000	505
10	2007	12	361	1150	13	1287	339039160000	505
10	2007	12	365	1150	17	1623	339039160000	505
11	2008	13	392	1200	22	1753	339039160000	505
12	2009	27	812	1250	2	1874	339039160000	505
13	2010	15	452	1350	26	2178	339039160000	505
14	2011	8	243	1450	3	2586	339039160000	505
14	2011	8	243	1450	4	2692	339039160000	505
15	2012	20	606	1500	57	3078	339039160000	505
16	2013	22	661	1550	61	3274	339039160000	505
17	2014	10	301	1400	34	3726	339039160000	505
17	2014	10	301	1400	40	3917	339039160000	505
14	2011	8	244	1450	49	5335	339039160000	505
10	2007	12	361	1150	12	5337	339039160000	505

Cláusula Quinta – Direitos e Responsabilidades das Partes:

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desta Ata de Registro de Preços nas condições avençadas, e da CONTRATADA:

- Fornecer as mercadorias no tempo, lugar e forma estabelecidos na Ata de Registro de Preços.
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- Manter as condições da proposta pelo tempo de validade da mesma.
- O contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta Ata de Registro de Preços.

Cláusula Sexta - Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual:

O atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- Advertência por escrito;
- Multa de mora de 3% sobre o valor da Ata de Registro de Preços por dia de atraso, até o limite de 30 dias, após o qual será caracterizada a inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- Multa compensatória de 10% sobre o valor da Ata de Registro de Preços;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

A inexecução total do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- Advertência por escrito;
- Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% sobre o valor da Ata de Registro de Preços;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração em caso do infrator tenha sido contratado ou será inscrito em dívida ativa, caso o licitante não se sagre vencedor do certame.

Todas as sanções previstas neste item são de competência exclusiva do Chefe do Executivo

Cláusula Sétima – Da Rescisão:

O presente Contrato poderá ser rescindido caso quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei no. 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei 8.666/93.

Cláusula Oitava – Legislação Aplicável

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 238/2022 e com as alterações subsequentes, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula Nona – Transmissão de Documentos:

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo ou por correio eletrônico. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

Cláusula Décima – Casos Omissos:



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 Lei 10.520/02, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 238/2022 e suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações da Contratada:

Além das naturalmente decorrentes do presente Contrato e daquelas previstas no Edital do presente procedimento licitatório, constituem obrigações da CONTRATADA:

- Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento como, fretes, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários, bem como qualquer custo relacionado a perfeita entrega.
- Todo produto/serviço que apresente má qualidade, avarias, defeito de funcionamento irregular, que não for novo e sem uso, ou que não atenda as especificações do edital deverá ser substituído imediatamente pelo fornecedor.
- Só serão aceitas entregas completas, conforme descrito na ordem de serviço
- Se no ato do recebimento for constatado que a quantidade entregue/serviço prestado for diferente que o constante na nota fiscal ou na ordem de serviço todos os objetos serão recusados até a perfeita regularização por parte da empresa vencedora.
- Além da suspensão do pagamento a não regularização da entrega acarretará na aplicação de penalidades;
- O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelo Fiscal de Contratos da Secretaria solicitante, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do(s) produto(s) constantes do anexo 1 deste edital, o mesmo deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 3 (três) dias, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente, e aplicação de multa de 10% sobre o valor do produto entregue de forma irregular.
- Todas as hipóteses de irregularidades são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora e a aplicação de penalidades.
- A empresa vencedora do certame deverá disponibilizar um número de telefone para contato, o qual deverá ficar à disposição **24h por dia, 7 dias por semana**, para em caso de urgências e emergências o mesmo ser contactado.
- A empresa deverá arcar com todos os encargos trabalhistas e impostos oriundos da execução desta contratação.
- Todos os demais custos como, EPI's, caminhão Munck, veículos, combustíveis e demais equipamentos necessários para execução dos serviços deverão ser fornecidos pela empresa contratada.
- Os serviços de verificação e de substituição do material necessário para a manutenção das instalações elétricas será de competência da empresa vencedora, e os materiais serão fornecidos pelo Município, mediante requisição da Contratada e entregue diretamente à secretaria solicitante do serviço.
- Os materiais substituídos (danificados ou não) deverão ser devolvidos para a secretaria solicitante do serviço.
- Colocar em serviço pessoal devidamente capaz, treinado, uniformizado, identificado e equipado com todos equipamentos de segurança exigidos por Lei;
- Arcar com todas as despesas de pessoal, tais como: salários, 13.º, férias, encargos relativos as Leis Trabalhistas, Previdenciárias e fiscais, decorrentes deste contrato, bem como o pagamento de impostos sobre quaisquer quantias pagas pelo CONTRATANTE, pela prestação dos serviços contratados, e seus respectivos recolhimentos à repartição competente;



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- A CONTRATADA considera-se única empregadora do pessoal que prestar os serviços.
- Manter seguro de vida dos funcionários responsáveis pela execução dos serviços;
- Arcar com eventuais prejuízos causados por seus empregados e ou responsáveis durante a execução dos serviços, quer estes danos sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, desde que devidamente apurados e comprovados a responsabilidade desta;
- Assegurar o livre acesso por parte da fiscalização por todas as partes dos serviços, objeto deste edital;
- Aceitar prontamente as exigências e observações da fiscalização baseadas nas especificações, regras de boa técnica e normas em vigor;
- O objeto desta licitação compreende toda a execução de manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos edificadas e em operação, como por exemplo:
 - Verificação constante de toda a rede elétrica dos prédios a fim de verificar possíveis danos existentes, realizar as manutenções necessárias antecipando, assim, problemas mais graves.
 - Trocas de lâmpadas, luminárias, tomadas, disjuntores, dentre outros existentes e instalação de novos, quando necessário.
 - Verificar constantemente a entrada e saída de energia da sala do servidor do departamento de tecnologia da informação TI, se faz necessário pois o mesmo possui conjuntos de nobreaks que sofrem constantemente com as oscilações de energia que ocorrem no município.
 - Verificação constante dos padrões de energia existentes nos prédios públicos, uma vez que existem prédios mais antigos que podem sofrer com a sobrecarga do seu quadro.
 - Os serviços serão realizados conforme a necessidade de cada secretaria, sendo emitida ordem de serviço, com acompanhamento de servidor designado pela secretaria solicitante.

Cláusula Décima Segunda – Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para os fins e direito.

Prefeitura do Município de Pato Bragado – PR, em 24 de janeiro de 2023.

MUNICIPIO DE PATO
BRAGADO:9571947
2000105
MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO – CONTRATANTE
JOHN JEFERSON WEBER NODARI

Assinado de forma digital por
MUNICIPIO DE PATO
BRAGADO:95719472000105
Dados: 2023.01.25 11:36:40 -03'00'

GEFERSON MIGUEL BOLL ME – CONTRATADA
GEFERSON MIGUEL BOLL

DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS

A empresa ELETROESTE, inscrita no CNPJ 05.242.397/0001-41, localizada no endereço Avenida Willy Barth nº 1204, fone (45) 99962-7900 por meio desta declaração declara que os serviços prestados pela empresa é de total responsabilidade do proprietário/funcionário GEFERSON MIGUEL BOLL, CPF 023.829.019-00, RG 5.722.585-8 que irá prestar os serviços conforme preconiza o edital da licitação nº 166/2022 ganha pela empresa.
Em anexo as NRs solicitadas.

Pato Bragado, 25 de Janeiro de 2023.



GEFERSON MIGUEL BOLL

05.242.397/0001-41

**GEFERSON MIGUEL
BOLL - ME**

AV. CONTINENTAL - 1204, CENTRO
85948-000, PATO BRAGADO - PR

CERTIFICADO

Certificamos que

Valerio Luiz Moro

Portador do RG 41948752, concluiu o **Curso de NR 06** em 16 de Dezembro de 2022 junto a esta instituição.

Carga horária: 4 horas.

Validade: 12 meses.



Alessandro Lima da Silva
Diretor

Valerio Luiz Moro
Aluno

Intensiva
CURSOS

Intensiva Cursos - Inscrita no CNPJ 26.432.562/0001-06
Atividade Empresarial Registrada na Receita Federal e Junta Comercial do Estado do Paraná
Curso de Educação Profissional de Nível Básico, Curso de Aperfeiçoamento Profissional
Regido Pela Lei nº 9394 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional



Consulte a autenticidade deste certificado usando o QR Code ao lado

INTENSIVA CURSOS
CNPJ:26.432.562/0001-06

CURSO DE NR 06
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CONTEÚDO MINISTRADO NO CURSO

- Apresentação do Curso
- O que são Normas Regulamentadoras
- NR 06 e Regulamentações
- Responsabilidades, direitos e obrigações
- Responsabilidades do empregador
- Responsabilidades do trabalhador
- Importância do EPI
- Proteção de Cabeça
- Proteção de Olhos e Rosto

- Proteção Auditiva
- Proteção Respiratória
- Proteção do Tronco
- Proteção dos Membros Superiores
- Proteção dos Membros Inferiores
- Proteção de Corpo Inteiro
- Proteção contra quedas
- Uso correto do EPI
- Conservação e armazenamento dos EPIs
- Primeiros Socorros no Ambiente de Trabalho

RESPONSÁVEL TÉCNICA:



Lucrecia Cora

Técnica em Segurança do Trabalho
Registro no MTE: 0102344/SP
Engenheira Civil (CREA - SP: 5063795355)

CERTIFICADO

Certificamos que

Gefferson Miguel Boll

Portador do RG 57225858, concluiu **Curso de NR 10 Básico** em 17 de Dezembro de 2022 junto a esta instituição.

Carga horária: 40 horas.

Validade: 24 meses.



Alessandro Lima da Silva
Diretor

Gefferson Miguel Boll
Aluno

Intensiva
CURSOS

Intensiva Cursos - Inscrita no CNPJ 26.432.562/0001-06
Atividade Empresarial Registrada na Receita Federal e Junta Comercial do Estado do Paraná
Curso de Educação Profissional de Nível Básico, Curso de Aperfeiçoamento Profissional
Regido Pela Lei nº 9394 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Consulte a autenticidade deste certificado usando o QR Code ao lado



INTENSIVA CURSOS

CNPJ:26.432.562/0001-06

CURSO DE NR 10 BÁSICO

SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE

CONTEÚDO MINISTRADO NO CURSO

O que são Normas Regulamentadoras;
NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade;
Introdução à Segurança com Eletricidade;
Normas e legislação aplicadas nos trabalhos elétricos;
Acidentes com origem elétrica;
Condições Atmosféricas;
Choque elétrico, mecanismos e efeitos;
Arcos elétricos, queimaduras e quedas;
Campos eletromagnéticos;
Técnicas de Análise de Risco;
Desenergização, aterramento funcional (TN/TT/IT) de proteção e temporário;
Equipotencialização e seccionamento automático de alimentação;
Dispositivos a corrente de fuga e Extra baixa tensão;
Barreiras e invólucros, Obstáculos, anteparos, bloqueios e impedimentos;
Isolamento das partes vivas e Isolação dupla ou reforçada;

Riscos adicionais: Altura, umidade, ambiente confinado e Áreas Classificadas e Colocação fora de alcance;
Separação elétrica e Acidentes de origem elétrica;
Causas diretas e indiretas de acidentes e discussão de casos;
Regulamentação do MTE: Qualificação, habilitação, capacitação e autorização; Equipamentos de proteção coletiva e Equipamentos de proteção individual- EPI;
Segurança em instalação elétrica energizada e desenergizada;
Liberação para Serviços e Sinalização;
Inspeções de Áreas, serviços, ferramental e equipamento;
Documentações necessárias para instalações elétricas;
Segurança na construção civil, Campo de aplicação e Responsabilidades;
Proteção e combate a incêndios;
Primeiros Socorros, Lesões, atendimento, massagem cardíaca e técnicas para remoção e transporte de acidentados.

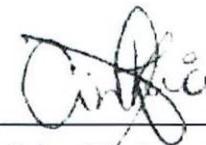
INSTRUTORES RESPONSÁVEIS



Lincoln Fernando Raitz Martins
Engenheiro Eletricista
(CREA - SC: 113313-1)



Lucrecia Cora
Responsável Técnica
Técnica em Segurança do Trabalho
Registro no MTE: 0102344/SP
Engenheira Civil (CREA - SP: 5063795355)



Cinthia Pinhoratto
Enfermeira
Especialista em Urgência e Emergência
(COREN - SP: 438143)

CERTIFICADO

Certificamos que

Gefferson Miguel Boll

Portador do RG 57225858, concluiu o **Curso de NR 35** em 17 de Dezembro de 2022 junto a esta instituição.

Carga horária: 8 horas.

Validade: 24 meses.



Alessandro Lima da Silva
Diretor

Gefferson Miguel Boll
Aluno

Intensiva
CURSOS

Intensiva Cursos - Inscrita no CNPJ 26.432.562/0001-06
Atividade Empresarial Registrada na Receita Federal e Junta Comercial do Estado do Paraná
Curso de Educação Profissional de Nível Básico, Curso de Aperfeiçoamento Profissional
Regido Pela Lei nº 9394 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional



Consulte a autenticidade deste certificado usando o QR Code ao lado

INTENSIVA CURSOS
CNPJ:26.432.562/0001-06

CURSO DE NR 35 BÁSICO
TRABALHO EM ALTURA

CONTEÚDO MINISTRADO NO CURSO

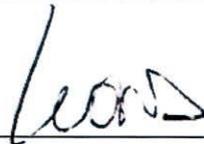
Normas e Regulamentações do MTE;
Análise de Riscos;
Condições Impeditivas para Serviços;
Riscos Potenciais;
Medidas de Prevenção e Controle;
Sistemas, Equipamentos e Procedimentos de Proteção Coletiva;
Equipamento de Proteção Individual;

Seleção, Inspeção, Conservação e Limitação de Uso dos EPIs;
Inspeção de Segurança;
Prevenção de Acidentes;
Acidentes Típicos em Trabalhos em Altura;
Condutas em Situações de Emergência e Primeiros Socorros;
Técnicas de Resgate, Remoção e Transporte.

INSTRUTORES RESPONSÁVEIS



Lincoln Fernando Raitz Martins
Engenheiro Eletricista
(CREA - SC: 113313-1)



Lucrecia Cora
Responsável Técnica
Técnica em Segurança do Trabalho
Registro no MTE: 0102344/SP
Engenheira Civil (CREA - SP: 5063795355)



Cinthia Pinhoratto
Enfermeira
Especialista em Urgência e Emergência
(COREN - SP: 438143)